

Proposta de Resolução sobre a posição do Partido Verde sobre a questão nuclear aprovada na reunião do Conselho Nacional por ocasião da Convenção Nacional em 19/05/07

O Brasil não precisa de usinas nucleares !

A discussão sobre as mudanças climáticas globais vem ganhando cada vez mais importância nos últimos anos. A queima de combustíveis fósseis para geração de energia elétrica tem sido apontada como parte considerável do problema e a sua consequente substituição na matriz energética tornou-se imperativa.

Se por um lado temos visto a indústria das energias renováveis crescer, em muito incentivada pela queda de preços e ganho de competitividade das fontes energéticas limpas, do outro lado fortaleceu-se um poderoso lobby, enfiado nos meios políticos e científicos, que defende o renascimento da indústria nuclear, em recesso desde o acidente em Chernobyl, em 1986.

Enfrentando forte oposição da opinião pública em diversos países e tendo como desvantagens seus elevados custos e a falta de solução para o lixo gerado em seus reatores, a indústria nuclear viu sua importância ser reduzida ao longo dos últimos 20 anos. Usinas desativadas, reatores descomissionados, novos projetos cancelados e participação na matriz energética mundial diminuída.

No entanto, incansável, essa indústria tenta – de tempos em tempos – ressurgir como a panaceia para os problemas energéticos e, agora climáticos do mundo.

A discussão avolumou-se em 2003, quando o cientista James Lovelock, autor da famosa Teoria de Gaia, apontou a energia nuclear como a única alternativa capaz de atender às demandas energéticas mundiais em substituição aos combustíveis fósseis, no esforço de evitar o aquecimento global. Na sequência, Patrick Moore, um dos fundadores do Greenpeace, passou a fazer coro a essa afirmação. A partir daí, a indústria nuclear passou a alardear que “até os ambientalistas haviam aderido à energia do átomo”.

Lovelock, em que pese todo o mérito conquistado nos anos 80, nas mesmas entrevistas ao Daily Telegraph e ao The Independent em que defendeu a energia nuclear como forma de combater o aquecimento planetário, ao ser indagado sobre o que fazer com o lixo radioativo, sugeriu (entre risadas) que o mesmo fosse todo depositado na Amazônia, como forma de impedir a derrubada da floresta. A seguir, para perplexidade dos repórteres, corrigiu a resposta (em tom sério), afirmando que a ciência deveria desenvolver uma maneira de aquecer residências com pequenas quantidades desses rejeitos, que seriam distribuídos de casa em casa.

Já Moore, desde que foi “desligado” do Greenpeace, tem-se dedicado à defesa das indústrias química e nuclear, atuando como lobista profissional de seus interesses.

No final do ano passado, o IPPC – Intergovernmental Panel for Climate Change, composto por cientistas do mundo todo, defendeu a mesma tese de que a energia nuclear é a única fonte atualmente viável para o suprimento de grandes quantidades de eletricidade. Porém, nos 3 relatórios detalhados publicados este ano essa ênfase na energia nuclear não foi repetida. Ao

contrário, a prioridade apontada foi para as fontes renováveis como a hidráulica, a eólica, a solar e a dos biocombustíveis.

O fato é que, apesar de todos os esforços da indústria nuclear, não houve uma retomada do seu crescimento. A esmagadora maioria dos países desenvolvidos ou continua desativando suas usinas nucleares ou manteve a moratória sem novas construções. Há algumas usinas sendo construídas no momento, é verdade mas em número e ritmo muito menor do que outrora e em países com situações energéticas extremamente difíceis, como é o caso da China. Há também aqueles países que mantêm atividades na área nuclear por razões estratégicas, como o Irã e a Coreia do Norte.

Para desmentir a tese do uso da energia nuclear como forma de evitar o aquecimento global estão os episódios críticos de calor dos últimos anos na Europa, quando diversos reatores tiveram que ser desligados nos dias mais quentes, devido ao aumento da temperatura das águas dos rios, utilizadas em sua refrigeração.

Como último argumento, ainda que todas as usinas térmicas a combustíveis fósseis existentes hoje fossem substituídas de imediato e sem restrições por novas usinas nucleares, seria preciso que um novo reator de porte médio entrasse em operação a cada 3 dias para que essa troca conseguisse impedir impactos climáticos dramáticos.

Em suma, apontar a energia nuclear como solução para a ameaça climática é como saltar do 20º andar de um prédio para não ser assaltado pelo ladrão que está à porta do apartamento.

A Situação do Brasil

Muito embora a grande maioria das pessoas encare as discussões sobre a construção ou não de um terceiro reator nuclear no país como um fato simples, de mera ampliação da central nuclear já existente em Angra dos Reis, a questão tem, na verdade, implicações muito mais complexas.

A ampliação da geração nuclear no Brasil tem relação direta com uma série de investimentos vultosos que teriam que ser feitos na mineração do urânio, no seu beneficiamento, no processo de enriquecimento e na fabricação do combustível para as usinas. Não demandasse por si só uma enormidade de investimentos, para que se tenha uma idéia de grandeza, Angra 2 custou cerca de US\$ 14 bilhões, segundo estimativas oficiais. A construção de Angra 3 implicará na ampliação das instalações do chamado ciclo do combustível, sob responsabilidade da INB – Indústrias Nucleares Brasileiras. Para ser viável economicamente, a indústria nuclear no Brasil precisa “ganhar escala”, aumentando o número de reatores em operação. A construção de 5 ou 6 novas usinas nucleares no país, por sua vez, “justificaria” a expansão das instalações da INB, em um processo retro-alimentador ao custo de vários bilhões de reais.

Esse delírio megalômano não é novidade. A fábrica da NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados em Itaguaí-RJ foi dimensionada para produzir até 8 reatores nucleares simultaneamente. Nunca fabricou nenhum.

Os idealizadores da retomada do Programa Nuclear esquecem-se, por exemplo, de que novas usinas dependerão da obtenção de trabalhoso licenciamento ambiental e de uma difícil anuência das populações vizinhas aos locais propostos.

Do ponto de vista dos atuais preços da eletricidade, a energia nuclear não é competitiva, mesmo quando seus defensores realizam engenhosa matemática financeira. Para torná-la “mais palatável”, diversos de seus custos não são computados: as dívidas da construção de Angra 1 e Angra 2, por exemplo, foram há muito transferidas para o Tesouro Nacional, sendo subtraídas do déficit da Eletronuclear; as despesas com construção e manutenção da insuficiente infra-estrutura para atendimento de emergências e evacuação da população são de responsabilidade de diferentes órgãos dos governos federal e estadual (RJ); os valores calculados para o descomissionamento das usinas no futuro é bem inferior aos praticados em outros países.

Segundo estimativa da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff (ex-Minas e Energia), em entrevista em Novembro de 2006, o preço da energia nuclear no Brasil seria da ordem de R\$ 240,00/ Mwh.

Também em termos tecnológicos, a perda do país ao enveredar pela energia nuclear é evidente. Embora tenha havido progressos como o desenvolvimento de um pequeno reator e o domínio do processo de enriquecimento de urânio, devemos considerar que o mundo está no limiar de novas tecnologias, com reatores regeneradores e pesquisas na fusão nuclear. Seria muito mais oportuno o país estabelecer um programa abrangente de pesquisas sob a coordenação da universidade, participando dos esforços mundiais por tecnologias mais limpas e seguras.

Do ponto de vista da segurança, a indústria nuclear brasileira é temerária, como pode ser observado pela Comissão da Câmara dos Deputados de tratou do assunto em 2005 e 2006 e que foi integrada pelos nossos Deputados Edson Duarte, Sarney Filho e Fernando Gabeira.

Da contaminação de trabalhadores à existência de lixões radioativos clandestinos, o país encontra-se “sujeito a ter um novo acidente das proporções do ocorrido em Goiânia” em 1987, segundo declarações do presidente da própria associação dos fiscais da CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Sem nem sequer conseguir cumprir os Termos de Ajustamento de Conduta das instalações já existentes quer nas usinas de Angra, no lixão radioativo de Itu ou no depósito de Interlagos/São Paulo, a indústria nuclear brasileira ignora as 30.000 fontes radiológicas medicinais, industriais, etc. que estão admitidamente fora de controle da CNEN.

O maior acidente radiológico do mundo está completando 20 anos. O número de fiscais da CNEN continua o mesmo; o despreparo para lidar com alguma emergência continua o mesmo. As 6.500 vítimas do acidente de Goiânia, oficialmente reconhecidas pelo governo estadual (GO), bem sabem da incapacidade das autoridades em atender a uma tragédia como aquela.

Antes de expandir as instalações nucleares e espalhá-las pelo país, os defensores da energia nuclear deveriam exigir infra-estrutura, pessoal, equipamento e treinamento adequados para a contenção de eventuais emergências. A probabilidade de um acidente como o de Chernobyl acontecer era de 1 para 40.000 anos.

A posição do Partido Verde do Brasil

A retomada do Programa Nuclear no Brasil representa um grande revés para os ambientalistas da América Latina, estimulando que Argentina e México, que já dispõem de uma pequena participação da energia nuclear em suas matrizes de geração elétrica, pensem em expandi-la.

Isto também faria com que países interessados em iniciar-se na aventura atômica, como Chile e Venezuela, entusiasmem-se. Não podemos deixar de destacar que subjacente a cada programa nuclear há um programa militar anexo.

O Brasil ainda dispõe de uma boa quantidade de médios e pequenos potenciais em hidroeletricidade que, com impactos sociais e ambientais reduzidos e em conjunto com outras fontes renováveis limpas, como biomassa, energia eólica e solar, além de práticas extremamente profícuas, como a busca da eficiência energética, a redução de perdas na transmissão/distribuição e a repotenciação de hidroelétricas mais antigas poderão suprir o país com a energia necessária para o desenvolvimento sustentável pretendido, enquanto outras alternativas seguras e limpas são desenvolvidas.

O Brasil não precisa de energia nuclear!

Não à construção de Angra 3 !

**Marco Antonio Mroz 11 9501 4935
mrozverde@uol.com.br**

**Executiva Nacional
Rede antinuclear dos verdes do Cone Sul**